

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: O CAMPO DAS RESPONSABILIDADES

Ao longo de muitos séculos, a educação de crianças pequenas foi entendida como atividade de responsabilidade familiar, especificamente da mãe ou mulher (OLIVEIRA, 2007). O atendimento educacional fora da família era compreendido por creches reivindicadas pelas mães trabalhadoras, ou locais de cuidados de crianças pobres, órfãs e abandonadas numa concepção assistencialista (ASSIS, 2004).

Nos séculos XV e XVI, as ações ocorridas pelo Renascimento provocaram novas visões sobre a criança e sua educação. Autores como Erasmo (1465-1530) e Montaigne (1483-1553) sustentavam que a educação deveria respeitar a natureza infantil e estimular a atividade da criança (OLIVEIRA, 2007).

Com a Revolução Industrial e o desenvolvimento científico vivido pela Europa nos séculos XVIII e XIX, inicia-se a mudança da concepção referente ao papel da criança, ao olhar sobre ela, bem como ao atendimento educacional a ela oferecido.

Na Suíça, o filósofo Rousseau com ideias bastante diferentes para a sua época, chamou a atenção para a necessidade das crianças em cada fase de seu desenvolvimento, propondo o respeito ao ser na sua individualidade (ANGOTTI, 2003).

Rousseau revolucionou a educação de seu tempo ao afirmar que a infância não era apenas via de acesso, e sim um período de preparação para a vida adulta. E caberia ao professor afastar tudo que pudesse impedir a criança de viver plenamente sua condição, para uma educação que seguisse sua liberdade e ritmo de natureza (OLIVEIRA, 2007).

A obra de Rousseau influenciou muitos estudiosos, entre eles Pestalozzi, que defendia uma instituição educacional que deveria se aproximar do lar. E por estas novas influências teóricas, Froebel formalizou seus próprios princípios educacionais sobre a educação infantil, criando os chamados *kindergarten* (jardins-de-infância) na Alemanha (ANGOTTI, 2003).

Froebel em seus jardins-de-infância pretendia formar uma educação pré-escolar com estrutura familiar e cuidados dedicados à infância numa relação entre esferas pública e privada (KUHLMAN, 2001).

Para Froebel, a educação deveria propiciar condições que possibilitassem a manifestação e expressão da criança. O jardim-de-infância era considerado como uma livre república da infância, em que as crianças pudessem crescer como gente, com o elemento humano que determina a essência do homem (ANGOTTI, 2003).

O autor defendia que a educação fosse ministrada pelas mulheres, ao que chamava de jardineiras, em que estas transcendessem seus papéis domésticos privados, aplicando suas qualidades maternais no contexto público da instituição (KUHLMAN, 2001).

Conforme Angotti (2003), a relação professor-aluno encontra-se estabelecida a partir da analogia entre a jardineira e seu jardim, seguindo o modelo da interação maternal existente, em que a professora deverá observar e acompanhar o desenvolvimento da criança, promovendo condições para que seja alcançado.

Os jardins-de-infância divergiam das creches e casas assistenciais daquela época, por incluírem uma dimensão pedagógica.

Esta divergência entre os jardins-de-infância e as creches, por parte de instituições da primeira, provocaram intenções econômicas. Conforme Assis (2004) apud Kuhlman (1998):

A preocupação daqueles que se vinculavam às instituições pré-escolares privadas brasileiras era o desenvolvimento de suas próprias escolas. Nota-se, entre eles, a utilização do termo pedagógico como estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim-de-infância para os ricos, que não poderia ser confundido com os asilos e creches para os pobres.

Temos a partir destas novas concepções de atendimento educacional à primeira infância, uma visão negativa referente à creche, em que as crianças de mães trabalhadoras, ficam de fora do contexto familiar e assim negligenciadas à educação, enquanto as que frequentam o jardim-de-infância estão destinadas a um local (instituição) privilegiado recebendo ensinamentos e cuidados. Diferenças estas que ainda permanecem até hoje.

No século XX, foi preocupante em pensar nas concepções sobre infância, numa forma mais rigorosa e científica, como em estruturar ambientes adequados à criança, ressaltar o aspecto biológico do crescimento e desenvolvimento infantil, elaborar materiais adequados à exploração da criança, entre outros, ideias estas impulsionadas pelo Movimento da Escola Nova. O movimento se posicionava contra pensar numa educação para criança como adulto, na aprendizagem passiva, e defendia atividades para crianças em experimentar e pensar (OLIVEIRA, 2007).

Vários autores são evidenciados e estudados, como: Jean Piaget, Lev Vygotsky, Celestin Freinet, Maria Montessori, Ovide Decroli entre outros não menos importantes.

De modo geral, estas concepções pedagógicas priorizam a criança, a sua liberdade de pensar, agir, estabelecer e responsabilizar-se por suas escolhas em conhecer a si mesmo e o

mundo. Assim, o professor deve ser responsável em instrumentalizar o indivíduo para que ele possa se expressar e otimizar seu potencial (ANGOTTI, 2003).

No Brasil, inicialmente as instituições foram criadas com caráter de proteção as crianças, e vinculadas à área da saúde num contexto assistencialista. Somente pela Lei 5692/71, é que crianças com idade inferior a 7 anos foram reconhecidas na condição de cidadãs de direitos, e assim devendo ser atendidas dentro da condição do direito social, em jardins-de-infância, maternais ou instituições equivalentes.

A partir da Constituição de 1988, a criança teve seu direito garantido à educação, efetivando o seu atendimento em creches e pré-escolas, que pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, teve inserido no corpo constitucional o termo Educação Infantil. Desta maneira, o acesso à educação deve ser garantido pelo Poder Público, em corresponsabilidade com a família e o apoio da sociedade.

Com a LDEBEN nº 9394/96 a educação infantil é instituída etapa integrante da educação básica, definindo-se pelo atendimento às crianças em creches (de 0 a 3 anos), e pré-escolas (4 a 6 anos). A referida Lei reconhece a importância em se promover o desenvolvimento integral da criança em instituições educacionais, uma vez que até então os atendimentos estavam vinculados aos órgãos de assistência.

O art. 29 da referida Lei, estabelece como finalidade da educação infantil o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

A educação infantil, assim será norteadada por caráter educacional, que deverá considerar profissionais na condição de educadores e não meros funcionários, de terem formação específica para fundamentar e definir um novo fazer educacional, para atender e promover o desenvolvimento da criança (ANGOTTI, 2006).

Desde o nascimento, a criança desenvolve seu corpo e movimentos. O movimento do tronco em direção ao que se deseja olhar, o girar para ouvir ou pegar algo, a criança vai conhecendo sua estrutura física e movendo-se conforme motivação.

Neste sentido Angotti (2006), fala que o corpo deve ser entendido e trabalhado enquanto primeiro brinquedo e instrumento de ludicidade infantil, e ferramenta de leituras interpretativas do mundo, o que representa uma grande responsabilidade para o professor que irá trabalhar com esta criança.

Conforme posto, é bem complexo o trabalho a ser realizado junto à criança na primeira infância, sobretudo pela finalidade educacional que busca promover o desenvolvimento integral da criança. Para tanto, a atuação do professor em Educação Infantil deve ter intencionalidade educativa, planejamento prévio, acompanhamento e avaliação. O

sucesso desta interação é imprescindível para formalizar o processo educativo (MACHADO, 1994).

Angotti (2006) reforça o papel significativo do educador que precisa inserir a criança no mundo do conhecimento, na alfabetização de mundo propiciando-lhe desenvolvimento integral, seguro e significativo, pois que experienciado.

Infelizmente, a desinformação sobre a infância vem causando concepções e práticas pedagógicas pouco adequadas em relação à criança (ANGOTTI, 2009). Podemos citar, como: a falta de conhecimento no desenvolvimento infantil, a concepção de educação infantil como preparatória para ingresso no ensino fundamental, dentro desta questão um retrocesso da legislação que incluiu as crianças de 6 anos no 1º ano do ensino fundamental, a preocupação da alfabetização precoce da leitura e escrita, currículos escolarizantes, muito tempo dentro de salas.

A educação infantil não pode mais ser vista de forma assistencialista, mas como primeira etapa da educação básica que em ambientes educacionais promove o desenvolvimento integral da criança em todos seus aspectos, cuidando e educando, privilegiando o brincar (ludicidade), a experimentação e o relacionamento com o mundo pelas diferentes linguagens.

O novo contexto educacional requer a perspectiva de um atendimento mais lúdico e de práticas pedagógicas mais flexíveis, que atenda e promova o desenvolvimento infantil, que compreenda a criança em sua singularidade e que permita a ela apresentar seu olhar e leitura de mundo, que estimule e permita o ato criativo, que respeite sentimentos e emoções, que valorize as diferentes formas de expressão infantil. A criança precisa e tem por direito a promoção de seu desenvolvimento integral, potencial. Assim se afirma no campo das responsabilidades, o necessário compromisso profissional no investimento de um atendimento educacional de qualidade, porém revela a responsabilidade da família e da comunidade com este processo, reconhecendo e valorizando a Educação Infantil como parte integrante do sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, M. (Org.), **Educação infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**, Campinas: editora Alínea, 2009

_____. (Org.), **Educação infantil: Para quê, Para quem e Por quê?**, Campinas: editora Alínea, 2006.

_____. **O Trabalho Docente na Pré-Escola - Revisitando teorias, descortinando práticas**. São Paulo: Editora Pioneira Educação, 2003.

ASSIS, M. S. S. de. **Representações de professoras: elementos para refletir sobre a função da instituição escolar e da professora de educação infantil**. 2004. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 2009.

MACHADO, M. L. A. Educação Infantil e Sócio-Interacionismo. In: OLIVEIRA, ZILMA M. R. de (Org.) **Educação Infantil: muitos olhares**, São Paulo: Cortez, 1994.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

OLIVEIRA, Z. M.R. de. (Org.) **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.